

## **AS CIDADES DE CANIÇO:**

um olhar sobre os assentamentos informais em moçambique a partir  
da cidade de Maputo

The cities of “caniço”: a look at the informal settlements of  
mozambique through the city of Maputo

Las ciudades de “caña”: uno mirar sobre los asentamientos informales  
en mozambique a partir de la ciudad de Maputo

---

**Magno Ricardo Silva de Carvalho**

Mestrando em Geografia (UFC)

[magno.ricardo9@gmail.com](mailto:magno.ricardo9@gmail.com)

---

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo conhecer o espaço urbano moçambicano, mais especificamente os assentamentos informais, as chamadas “cidades de caniço”, bem como analisar a relação do Estado e da própria cidade com esses espaços no que tange ao acesso a serviços básicos e equipamentos urbanos. Para o desenvolvimento do trabalho realizou-se uma discussão teórica a respeito da produção espacial urbana a partir da lógica da necessidade, bem como a respeito da urbanização moçambicana, especialmente na capital Maputo. Também foram utilizados na elaboração deste, dados secundários disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique. Foi possível compreender que o espaço urbano moçambicano é majoritariamente produzido pela lógica da necessidade, e que os habitantes desses espaços, os grupos sociais excluídos, ficam a margem da cidade não apenas fisicamente, mas no que concerne ao acesso aos serviços e equipamentos mais básicos.

**Palavras-Chave:** Moçambique. Urbanização Moçambicana. Cidades de Caniço.

### **Abstract**

The present study aims to know the Mozambican urban space, more specifically informal settlements, the known cities of “caniço”, as well as to analyze the relation of the State and the city itself with these spaces with regard to access to basic services and urban equipment. For the development of this work a theoretical discussion about urban spatial production was carried out from the logic of necessity, as well as on Mozambican urbanization, especially in the capital Maputo. Were also used in the elaboration of the world, data provided by the National Institute of Statistics of Mozambique. It was possible to understand that the Mozambican urban space is mostly produced by the logic of necessity, and that the inhabitants of these spaces, the excluded social groups, they are excluded from the city not only physically, but with regard to access to basic services and equipment.

**Keywords:** Mozambique. Mozambican urbanization. Cities of Caniço.

### **Resumen**

Este estudio tiene como meta conocer el espacio urbano de Mozambique, más específicamente los asentamientos informales, las llamadas ciudades de caña, así como analizar la relación del Estado y de la propia ciudad con estos espacios en lo que se refiere al acceso al servicios básicos y equipos urbanos.

Para el desarrollo del trabajo se llevó a cabo una discusión teórica acerca de la producción espacial urbana desde la lógica de la necesidad, así como acerca de la urbanización mozambicana, especialmente en la capital Maputo. También fuera usado en la elaboración de este, datos secundarios disponibles por el Instituto Nacional de Estadística de Mozambique. Fue posible comprender que lo espacio urbano mozambicano es, en su mayoría, producido por la lógica de la necesidad, y que los residentes de estos espacios, los grupos sociales suprimidos, quedan al margen de la ciudad no apenas físicamente, pero en lo que se refiere al acceso a los servicios y equipos más básicos.

**Palabras clave:** Mozambique. Urbanización Mozambicana. Ciudades de Caña.

---

## Introdução

Em sua maioria, a população moçambicana reside no campo, e o país é majoritariamente agrícola. No entanto, a partir da década de 1970, houve um considerável crescimento do número populacional vivendo nas cidades. Desde então, por motivos políticos e econômicos distintos, dependendo do momento histórico nessa e nas décadas seguintes, parcela significativa da população migra do espaço agrário para o urbano (MALOA, 2016).

O êxodo rural e o conseqüente crescimento das cidades não foram acompanhados de planejamento urbano, no sentido de preparar as cidades para receber tais contingentes populacionais e o resultado disso é que parcela significativa da população urbana, habita em assentamentos informais, ocupações urbanas irregulares, ou como prefere Corrêa (1989), em favelas. Em Moçambique, esses espaços são chamados de “cidades de caniço”, nome que faz referência ao que por muito tempo foi, e em parte é, o principal material de construção das habitações<sup>1</sup> (ARAÚJO, 2003).

Este estudo tem por objetivo realizar uma breve análise da realidade do país africano, no tocante ao espaço urbano, com foco no espaço produzido pelos grupos sociais excluídos e pela lógica da necessidade, que segundo Abramo (2010) é a lógica de produção espacial dos sujeitos que não tem acesso às outras lógicas de produção do espaço, as lógicas do mercado e do Estado. Para além de tentar compreender o porquê da existência desses espaços nas cidades moçambicanas, bem como a sua importância e dimensões, objetivamos explicitar, por meio da metodologia utilizada, mesmo que de forma sucinta, como são atendidos os moradores desses bairros, no que tange ao acesso a equipamentos urbanos e serviços básicos coletivos. Para tal, escolhemos direcionar nosso olhar para a capital Maputo e suas periferias.

---

<sup>1</sup> Caniço são varetas de espécies vegetais como bambu e outras.

Tal metodologia consiste em revisão bibliográfica acerca da produção do espaço urbano, sobretudo no que tange à produção dos assentamentos informais, bem como outras literaturas que dialogam com a temática. Acesso a textos referentes à realidade urbana moçambicana como um todo e, em especial, à cidade de Maputo. Também foram utilizados dados secundários do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE).

### **A Produção do Espaço Urbano a Partir da Lógica da Necessidade e dos Grupos Sociais Excluídos**

Milton Santos (2006, p. 219) afirma que “nas grandes cidades, sobretudo no Terceiro Mundo, a precariedade da existência de uma parcela importante (às vezes a maioria) da população não exclui a produção de necessidades, calcadas no consumo [...]” e essa produção de necessidades baseada no consumo, ignorando parcela significativa da população, pode ser evidenciada na própria cidade, onde ela mesma passa a ser mercadoria, tendo o valor de uso da habitação, baseado na necessidade social e biológica de habitar, substituído pelo valor de troca.

Essa mercantilização da cidade, sobretudo no que tange à habitação, ocorre através das ações de diferentes atores, chamados por Corrêa (1989) de agentes produtores do espaço urbano, sendo eles os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado. Há também, segundo Corrêa (1989), um importante agente produtor do espaço urbano, que ao contrário dos anteriores, subverte a imposição do valor de troca sobre o valor de uso da habitação, são os grupos sociais excluídos. São chamados de grupos sociais excluídos aquela parcela da população que não possui renda suficiente para garantir sua habitação, ou uma habitação com acesso aos equipamentos e bens necessários a uma melhor qualidade de vida. As possibilidades para esses grupos habitarem são: os cortiços, as casas construídas pelos próprios moradores nas periferias em loteamentos destinados a essas classes sociais, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, e as favelas (CORRÊA, 1989).

Nota-se que as três primeiras possibilidades ocorrem relacionadas a um dos agentes supracitados, como o proprietário dos imóveis, o proprietário fundiário que age nas periferias e o Estado, ou seja, nenhuma dessas possibilidades faz do cidadão excluído um agente produtor do espaço urbano. Já a última possibilidade é completamente diferente, principalmente se observarmos a autonomia apropriada pelo sujeito, onde ele próprio, na maioria das vezes através da ocupação, conquista a terra urbana, constrói sua moradia e ali passa a desenvolver

sua vivência, assim produzindo espaço, transformando-o constantemente e transformando-se em um importante agente produtor do espaço urbano. Corrêa (1989, p. 30) ainda nos diz que:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes.

Precisamos conhecer e compreender como ocorre o processo de produção dessas áreas, para isso é necessário antes entendermos as lógicas de produção do espaço urbano, e mais especificamente a que leva o indivíduo a pertencer a estes grupos e atuar na produção do espaço dessa forma, considerando que existem outras formas de apropriação do espaço urbano para moradia.

Inúmeros podem ser os fatores específicos determinantes para o surgimento de um bairro pobre proveniente de ocupação, mas, dadas as condições impostas pela sobreposição do valor de troca ao valor de uso, tendo no mercado imobiliário uma das demonstrações mais latentes da contradição que é essa inversão de valores no espaço citadino, podemos considerar, então que todos são, de algum modo, relacionados à má distribuição de renda e/ou à processos inerentes ao sistema vigente. Sendo assim, concorda-se com Corrêa (1989, p. 29) quando afirma que:

No capitalismo as diferenças são muito grandes [...]. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão [...]

No entanto, é válido lembrar, novamente recorrendo a Milton Santos, que a cidade é onde os pobres conseguem subsistir, pois é o espaço em que todos os capitais, todos os tipos de trabalho, de técnicas e formas de organização social podem se instalar, conviver e até prosperar (SANTOS, 2006).

Essa prosperidade e convivência podem ocorrer, porém não sem ser conflituosa e, por vezes, contraditória, onde para uma pequena parcela da sociedade é extremamente fácil adquirir, inclusive, grandes extensões de terras urbanas visando a especulação e acumulação. Entretanto, para o trabalhador, para a grande maioria e, principalmente, para as pessoas à margem da sociedade, essa apropriação não é realizada de forma simples, pois, para apropriar-se de um imóvel, um trabalhador pode dedicar muitas vezes toda sua vida útil.

Através dos promotores imobiliários, ou mesmo das iniciativas do próprio Estado com os programas de habitação e incentivos à construção e alguma facilidade de acesso ao crédito, o trabalhador prende-se a uma dívida por um longo período de tempo, haja vista que a

necessidade de habitar não é contemplada de forma satisfatória através de outras formas, como o aluguel que também consome boa parte da sua renda. Ele se vê obrigado a vincular-se a um débito, muitas vezes, vitalício.

Estes trabalhadores são, a considerada pelo mercado imobiliário, demanda solvável, levando em conta que mesmo despendendo boa parte da renda familiar para a moradia, ainda conseguem pagar, mas, há aquela parcela que não pode, pois, como afirma Abramo (2010, p.218) “A solvência é uma ‘barreira de entrada’ no mercado ou nos programas de habitação”, e aos que não podem pagar pelo acesso à moradia, resta uma última alternativa, conquistar seu espaço no território da cidade através da ocupação, ou seja, a lógica de produção do espaço urbano em questão é baseada na ausência de recursos e no desprovisionamento, ou, pouca viabilidade de outras formas de aquisição da terra urbana.

Para compreendermos as lógicas de produção do espaço urbano, recorreremos a dois autores: o primeiro é De La Mora (2010), que nos mostra quatro formas de produção do *habitat*, que são: a produção empresarial, comandada pelo mercado e tendo como base a constante busca pelo lucro; a produção estatal, que segundo o autor é parecida com a anterior, mas é financiada por bancos estatais, pelas políticas urbanas e de habitação e também pela população, que constituindo uma demanda solvável, podem usufruir desta forma de produção. As duas últimas são: a produção social e a espontânea do *habitat*, entendendo essa social como “a síntese dialética das modalidades estatal e espontânea” (DE LA MORA, 2010, p. 399), pois, se trata da ação combinada entre comunidade e poder público. A espontânea é produzida por indivíduos que não conseguem acessar as outras formas de aquisição da terra urbana e da habitação.

Tal forma de produção do *habitat* é semelhante à lógica de produção habitacional da necessidade, que Abramo (2010) nos apresenta. Para este autor, existem três grandes lógicas de produção habitacional: a lógica do Estado, que podemos comparar com a produção estatal do *habitat*, citada anteriormente, a lógica do mercado, que podemos equiparar à produção empresarial, e a lógica da necessidade, correspondente à produção espontânea a que se refere De La Mora. De acordo com Abramo (2010), esta terceira e importante lógica de produção habitacional, a “lógica da necessidade”, é entendida, como já dito, como a forma de produzir espaço dos indivíduos excluídos da lógica do mercado e negados pelo Estado o direito à moradia.

Pois bem, temos agora elucidado o que impulsiona o surgimento das favelas, logo, a razão pela qual as pessoas habitam nestes espaços e não em outros espaços da cidade. São

“motivados” pela necessidade, já que não alcançam as demais formas de habitar produzidas atualmente. Partindo desse entendimento, o presente texto pretende apresentar, uma sucinta análise das favelas em Moçambique. No entanto, antes disso se faz necessário apresentarmos o perfil da maioria desses espaços.

### **Principais Características dos Assentamentos Informais Urbanos**

As favelas, possuem por características o fato de se consolidarem em áreas de menor valor fundiário da cidade, áreas que dificilmente interessariam ao grande mercado imobiliário que trabalha com a venda de moradias de *status*, por conta dos aspectos físicos do local ou mesmo áreas até então rurais nos arredores da cidade, onde é efetuada a ocupação desse espaço. Ali as próprias pessoas passam a construir suas casas, ajudando umas às outras por meio de vínculos familiares, afetivos, ou apenas pela solidariedade ao vizinho em situação semelhante, onde os mutirões para a edificação ou melhoria da casa de um e outro são formas viáveis de se estabelecerem no local e garantir a moradia. Construções estas realizadas à custa da desvalorização da força de trabalho da população pobre residente nessas áreas, como podemos observar na reflexão de Maricato (2015, p. 26):

Desigual e combinado, ruptura e continuidade, modernização do atraso, modernização conservadora, capitalismo travado, são algumas das definições que explicam o paradoxo evidenciado por um processo que se moderniza alimentando-se de formas atrasadas e, frequentemente, não capitalistas, *stricto sensu*. As cidades são evidências notáveis dessa formulação teórica, e, nelas, o melhor exemplo talvez seja a construção da moradia (e parte das cidades) pelos próprios moradores (trabalhadores de baixa renda). Essa construção se dá aos poucos, durante seus horários de folga, ao longo de muitos anos, ignorando toda e qualquer legislação urbanística, em áreas ocupadas informalmente.

O alcance aos serviços e equipamentos urbanos para os moradores desses bairros é geralmente limitado ou complicado, a exemplo das condições de saneamento e coleta de lixo que, em muitas dessas áreas, são inexistentes. O acesso a escolas, postos de saúde e transporte público também são difíceis, bem como a bancos, comércio e serviços em geral. Boa parte da rede elétrica é clandestina e precária, assim como o acesso à água. Com o passar do tempo, o espaço ocupado pelas pessoas forma o bairro e tende a passar por um processo de urbanização, o qual Corrêa (1989, p.31) chama de “evolução da favela”:

(...) sua progressiva urbanização até tornar-se um bairro popular, resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um longo período de tempo, vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas diversas. De outro, advém da ação do Estado, que implanta alguma infraestrutura

urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitoreiros.

Ou seja, a área, com o passar dos anos, tende a apresentar elementos característicos de áreas urbanas, como acesso a alguma infraestrutura e a alguns serviços e comércio, muitas vezes implantados pelos próprios moradores, entre outras características e benefícios básicos antes ausentes.

A discussão feita até aqui, mesmo com as ricas contribuições dos autores, traz certo grau de generalização, pois tratamos dos assentamentos informais urbanos de modo teórico e geral. Pretendemos então, a partir de agora, e como proposto, direcionar o olhar aos assentamentos informais especificamente nas cidades moçambicanas, dando ênfase à situação dos cidadãos residentes nesses bairros no que se refere ao atendimento, por parte do Estado, no que tange a serviços básicos coletivos e equipamentos urbanos. A cidade a qual voltaremos análises para a produção espontânea do habitat é a capital Maputo, por esta representar muito bem o urbano moçambicano, já que a grande maioria das cidades seguem o mesmo padrão que ela e Maputo ser a maior cidade.

## **A Urbanização Moçambicana**

Para a compreensão dos espaços urbanos em Moçambique, e nestes os assentamentos informais, se faz necessário a realização de um, mesmo que sucinto, resgate histórico e geográfico da urbanização no país.

Moçambique foi colônia de Portugal até 1975, e esse passado colonial pode em muito ser observado nas cidades. As estruturas portuguesas ou resultantes de suas políticas refletem ainda hoje na morfologia urbana do país. Isso porque há, segundo diversos autores, uma dualidade nas cidades moçambicanas, onde parte da cidade é “urbanizada”, planejada, mais verticalizada e com estruturas, equipamentos urbanos e serviços, a chamada cidade de cimento, e de outro lado a cidade resultante do crescimento espontâneo, sem planejamento, mais verticalizada e carente de equipamentos e serviços (MALOA, 2016), a cidade de caniço.

Segundo Jenkins (2001), os espaços planejados e espontâneos, passaram, após a independência, por um processo de “hibridização”, onde mesclaram-se características dos dois espaços em ambos, como a deterioração do tecido urbano formal e uma ou outra melhoria no espaço urbano informal. No entanto, a diferença entre as “duas” cidades ainda é enorme, há um, segundo Maloa (2016, p.20),



Profundo contraste na paisagem entre o núcleo e a periferia. Em muitos bairros periféricos [...] encontrávamos grande parte da população sem acesso a transporte público, ruas, calçamento, iluminação, água encanada, saneamento básico, postos de saúde, policiais, escolas, entre outros benefícios sociais.

A hibridização de que fala Jenkins (2001), é resultado de um processo ocorrido décadas atrás. Araújo explica:

Em Moçambique, as décadas de 70, 80 e 90 foram caracterizadas pela ocorrência de factores conjunturais adversos (guerra colonial, guerra civil, calamidades naturais) que alteraram o desenvolvimento normal da distribuição territorial da população a partir dos centros urbanos. Este fenómeno [...], inverteu o sentido da expansão urbana, com todas as conseqüências sociais, econômicas e ambientais daí decorrentes. Isto sucedeu porque os factores conjunturais referidos tornaram o meio rural extremamente repulsivo e os espaços urbanos e urbanizados adquiriram valores atrativos que, embora apenas aparentes, surgem hipervalorizados. O movimento centrípeto da população supera, em grande medida, a força centrífuga da expansão urbana. Isto altera os modelos clássicos, criando um fenómeno atualmente muito frequente em África, designado por "implosão urbana". Isto significa que uma parte considerável do crescimento urbano não tem sido feito à custa do espaço peri-urbano, mas tem sido a periferia que avança em direcção ao centro, conferindo a este características marcantes de suburbanização e de "ruralização". Em Moçambique, com o retorno a uma situação mais estrutural a partir de 1992, esta dinâmica está a ser alterada, voltando a aproximar-se dos modelos mais clássicos, onde o poder do capital e a especulação fundiária urbana retomam o seu lugar determinante e preverso para os grupos mais desfavorecidos (ARAÚJO, 2003, p.168).

Como dito por Araújo (2003) e Maloa (2016), esse fenómeno vem sendo “superado” a partir, sobretudo, dos anos 2000, com a cidade espraiando-se, e o crescimento espontâneo e desordenado produzindo espaço nas áreas de subúrbio e peri-urbanas, e o centro, as áreas urbanizadas, a cidade de cimento, voltando para o poder dos agentes capitalistas e sendo cada vez mais restrito, novamente, a indivíduos com maior capacidade de solvência.

As áreas peri-urbanas, são, atualmente, um espaço que mescla assentamentos informais urbanos, rurais, e também condomínios e residenciais, voltados para as classes mais abastadas. Isso porque são áreas de expansão urbana, onde agem diferentes produtores do espaço, através das lógicas de mercado e da necessidade, nos apresentando

[...] manchas de bairros planejados que alternam com bairros espontâneos e residências rurais dispersas, ainda muito frequentes; construção totalmente horizontal, alternando o material de construção durável com o precário (ARAÚJO, 2003, p.170).

Portanto, o local de residência da grande maioria das pessoas pobres, onde a lógica da necessidade e a produção espontânea do habitat mais apresenta a sua materialidade, onde encontramos a maioria dos assentamentos informais, a “cidade de caniço”, é na área suburbana, conforme observado na Figura 1.



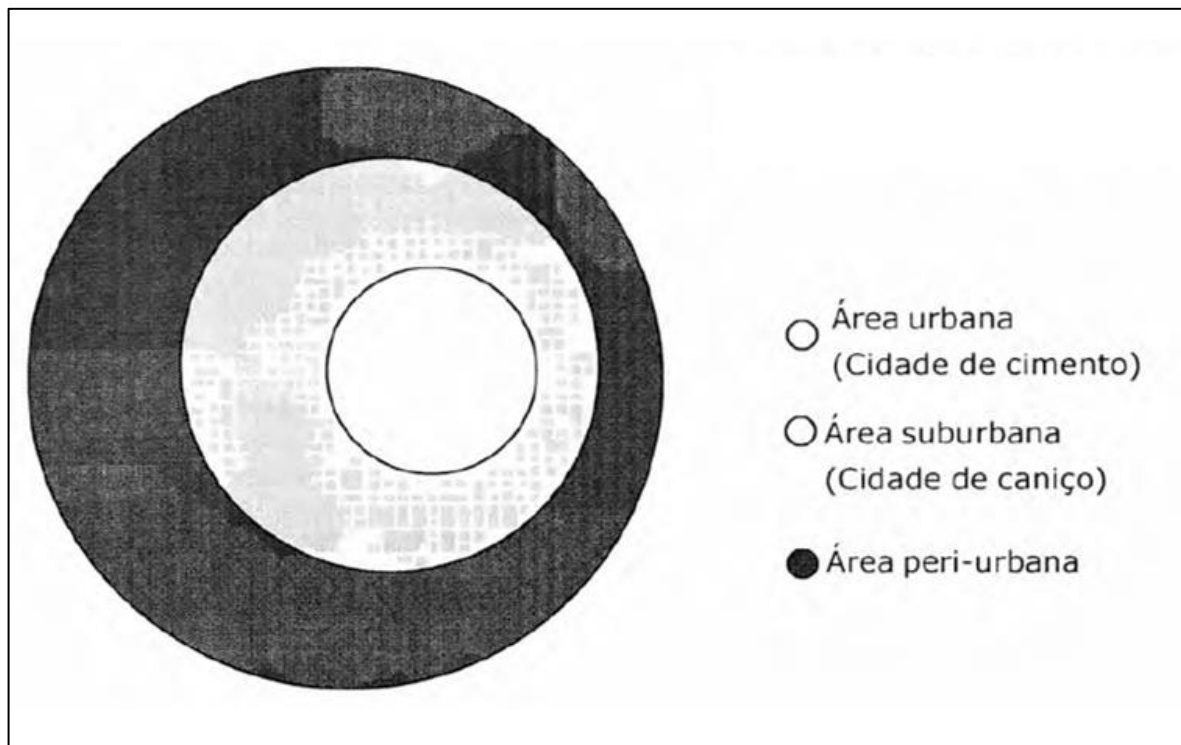


Figura 1: Modelo da organização espacial dos espaços urbanos em Moçambique  
Fonte: ARAÚJO, 2003

Essas áreas, conhecidas por “cidade de caniço”, são formadas majoritariamente “por bairros não planejados, de planta indiferenciada ou anárquica; elevada densidade de ocupação do solo, dificultando a circulação e falta de espaço para serviços” (ARAÚJO, 2003, p.170).

Araújo prossegue caracterizando as cidades de caniço:

[...] redes de abastecimento de energia eléctrica e de água potável deficientes ou inexistentes; falta ou muito deficiente rede de telecomunicações; falta de serviços de saneamento básico; construção horizontal, com predominância de material de construção de baixo custo ou precário; falta de serviços e deficiente rede comercial; dificuldades de circulação viária; área fundamentalmente residencial de classes trabalhadoras pobres; existência de algumas unidades industriais; graves problemas ambientais (2003, p. 170).

Nota-se no texto de Araújo (2003), certa ênfase no que tange à equipamentos urbanos e principalmente serviços básicos, isso porque a ausência ou deficiência destes são característica das cidades de caniço. Maloa (2016) afirma que tal disparidade, entre a cidade de cimento e de caniço, em Moçambique, é fruto das gestões autoritárias e racistas portuguesas, que visavam manter o negro, ou indígena como chamavam, em situação de subalternidade.

### **A Lógica da Necessidade em Maputo: As cidades de Caniço**

Maputo, como pode ser observado na figura 2, fica no sul de Moçambique, é a capital do país e também a maior cidade. Exerce a função de centro não apenas político-administrativo, mas também financeiro e econômico. Localiza-se na margem direita da Baía de Maputo, próximo à fronteira com Suazilândia e África do Sul.

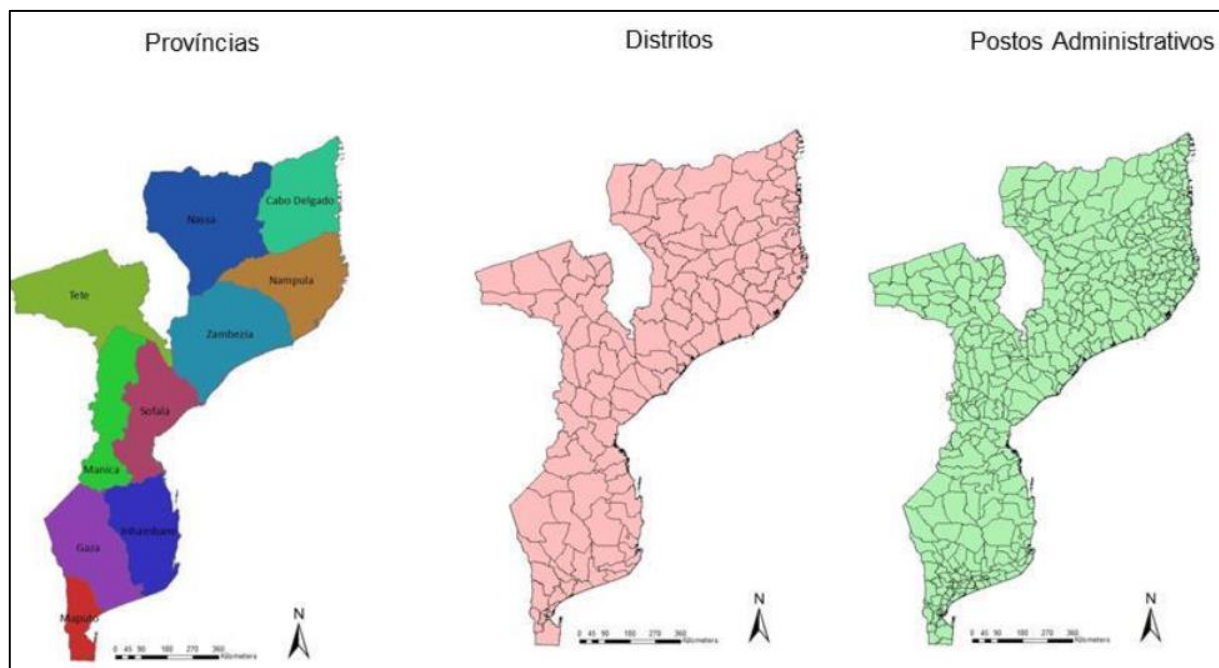
Maputo possui, segundo o último recenseamento geral da população e habitação (INE, 2017) uma população de 1.101.170 habitantes, organizados em 242.254 agregados familiares, morando em 224.796 casas.

Antes de compreendermos a lógica da necessidade em Maputo, bem como são atendidas com serviços básicos as pessoas que habitam nos bairros provenientes desta lógica, é necessário que tenhamos a compreensão da divisão político-administrativa de Moçambique, pois segundo Araújo (1988) é baseada nesta divisão que ocorre o funcionamento das estruturas políticas, econômicas e sociais no país. A divisão mencionada consiste em províncias, onde são divididas em distritos e estes por sua vez em postos administrativos que são compostos por localidades (INE, 2013).

Maloa (2016, p. 33) nos explica que “Moçambique está dividida em 11 províncias, as quais se subdividem em forma hierárquica da seguinte forma: (Distritos, Postos Administrativos e Localidade). Dentro desse processo existe no país 150 Distritos, 393 Postos Administrativos e 1042 Localidades”.

No norte do país ficam as províncias de Niassa, Cabo Delegado, e Nampula. Na parte mais central do território moçambicano, Zambézia, Tete, Manica e Sofala. Ao Sul ficam as províncias de Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade (GIVE, 2016).

Figura 2: Divisão territorial de Moçambique



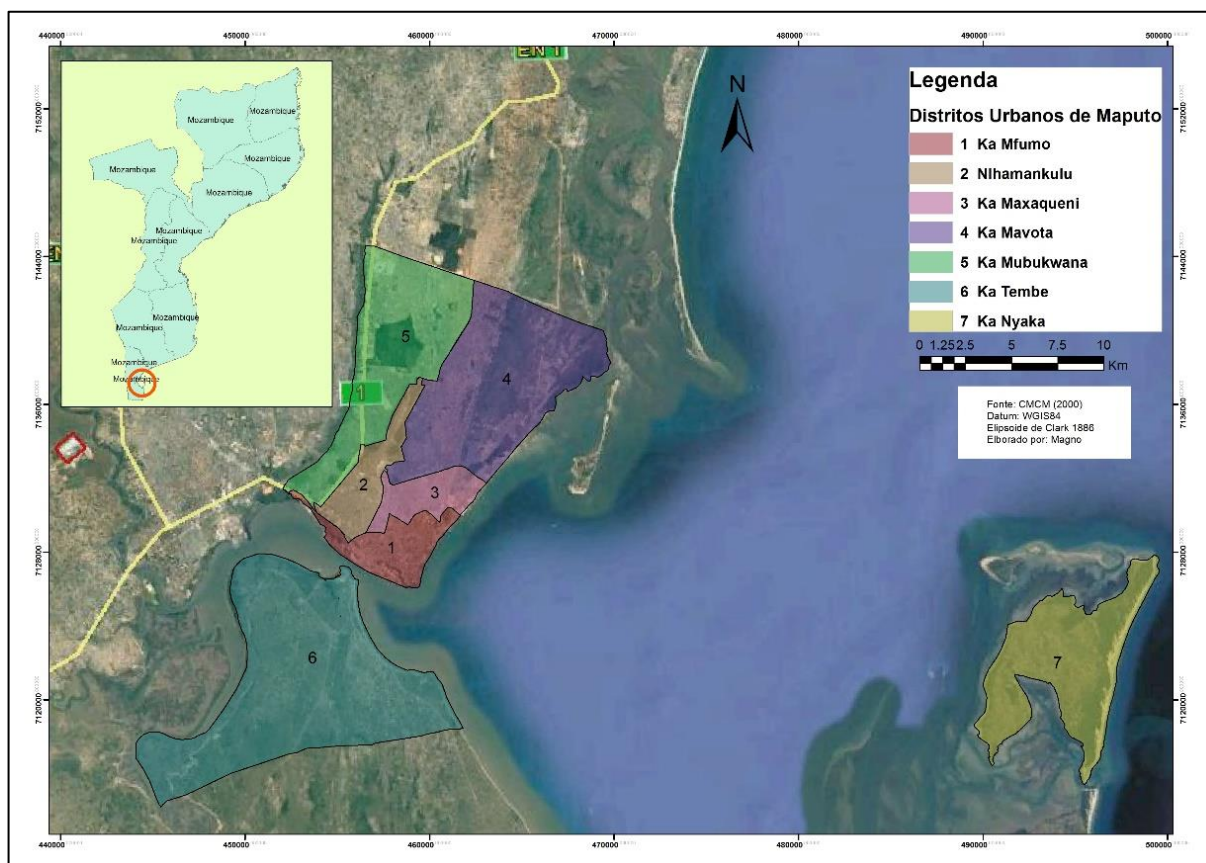
Fonte: GIVE, 2016

Aqui justifica-se a necessidade de discorrermos sobre tal divisão político-administrativa: Maputo aparece duas vezes enquanto província. Isso porque a cidade de Maputo, ela própria tem *status* e poder político-administrativo de uma província, enquanto que a província de Maputo, tem por capital a cidade de Matola<sup>2</sup> (GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MAPUTO, 2018).

Integrando a província da cidade de Maputo (FIGURA 3) estão os distritos, que seriam grandes bairros compostos por espaços urbanos, suburbanos e peri-urbanos, que administrativamente engloba bairros menores. Tais distritos serão aqui utilizados enquanto recortes espaciais para analisarmos a realidade dos cidadãos de Maputo no que concerne aos serviços básicos e equipamentos urbanos.

<sup>2</sup> As cidades de Maputo e Matola são vizinhas, com um rio e cerca de dez quilômetros as separando, segundo a página oficial do Governo da Província de Maputo <<http://www.pmaputo.gov.mz/por/A-Propvincia>>.

Figura 3: Carta-Imagem de localização dos distritos da cidade de Maputo



Elaboração: AUTOR, 2018

Em Maputo, a cidade de cimento, a área “urbanizada”, restringe-se ao distrito de Ka Mpumu (MALOA, 2016), o que implica dizer que todos os demais distritos são compostos por áreas suburbanas ou peri-urbanas. Para nossa análise, observaremos aqui todos os distritos de Maputo, excetuando Ka Mpumu, a partir de uma publicação de 2013 do Instituto Nacional de Estatística<sup>3</sup>, onde mostraremos como são atendidos (ou não) por serviços básicos como fornecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica, além de equipamentos urbanos básicos como Postos de saúde e escolas, e também a respeito da estrutura e material de construção das residências, o que nos ajuda a compreender a realidade social dos moradores. Estes serviços e equipamentos são os únicos mostrados pelo INE (2013), não aparecem outros serviços como coleta de lixo e transportes ou equipamentos para além dos dois citados anteriormente, o que pressupõe os bairros não apresentarem outros.

<sup>3</sup> Apesar do censo ter ocorrido em 2017, estes dados ainda não estão disponíveis atualizados e os mais recentes são estes de 2013.

## **Ka Tembe**

O distrito de Ka Tembe apresenta uma população de 21.569 pessoas, nas quais 11.191 são mulheres e 10.378 são homens. Deste total 12,5% são crianças de 0 a 4 anos, 24% de 5 a 14 anos, mais da metade são jovens e adultos entre 15 e 65 anos, totalizando 56,9%, e acima de 65 anos, 5,3% da população.

Um dado que pode nos ajudar a compreender as condições de vida e habitação dos residentes, é o material de construção utilizado nessa habitação, e como já dito, o nome “cidade de caniço” é em alusão ao material em que eram construídas as habitações, com caniços de espécies nativas.

No Ka Tembe parte significativa das edificações ainda possuem as paredes feitas de caniço, 43,3%, no entanto pouco mais da metade das paredes das residências já são com blocos de cimento, 50,8%. Em terceiro lugar aparecem as paredes de madeira ou zinco, 2,5%, e em seguida paredes de blocos de tijolos 1,8%, paus maticados 0,8%, lata, cartão, papel, saco e casca 0,3%, bloco de adobe<sup>4</sup> 0,1% e outros materiais 0,4%.

No que tange à cobertura das casas, 79,3% são cobertas com chapas de zinco, 8,3% com vegetais como colmo (uma espécie de bambu) e palhas, 5% com laje de betão (ferro e concreto). Também aparecem percentagens menores como chapas de lusalite (telhas de fibrocimento) com 3,1%, telhas (0,9%), e outros (3,4%).

Já o pavimento ou piso dessas residências são, em sua maioria, de cimento (65,9%), seguidos de adobe (17,4%) e madeira (2,8%). Também aparecem pisos de tijoleira, no Brasil chamado de lajota ou cerâmica, dependendo da região, com 2,5%, madeira (2,8), mármore (0,4%) e outros (1,3). 9,7% das residências não possuem piso.

No referido distrito, apenas 4,1% das residências possuem água encanada dentro de casa, e apenas outros 11,7% tem acesso a água encanada fora de casa. 27,1% utilizam água de fontenários e chafariz, 41,4% acessam água de poços com bomba e 14,5 em poços a céu aberto e sem bomba. Outras fontes contabilizaram 1,1% e apenas 0,1% consomem água mineral.

Com relação ao esgotamento sanitário, não há rede pública de esgoto, e apenas 11,2% dos domicílios possuem fossa séptica.

---

<sup>4</sup> Um tipo de tijolo de barro maciço.



A principal fonte de energia das casas no Ka Tembe são derivados de petróleo (em sua maioria parafina e querosene) totalizando 43,7%. Em segundo lugar, a eletricidade com 42,4%, seguida da vela com 12,1%, lenha com 1,1%, placa geradora de energia solar 0,1% e baterias 0,2%. Outras fontes somaram 0,3%.

No que tange a escolas, o distrito é atendido por três escolas de ensino primário de primeiro grau, duas de ensino primário de segundo grau e duas escolas de ensino técnico profissional.

No quesito atendimento de serviços públicos de saúde, é possível encontrar no distrito, apenas, dois postos de saúde e uma maternidade.

### **Ka Mubukwana**

O distrito urbano de Ka Mubukwana possui, segundo o INE (2013), uma população de 345.574 pessoas, onde 180.409 são mulheres e 165.165 são homens. Desse total populacional 12% são crianças até 4 anos, 23,3% são crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos, 2,1% são idosos acima de 65 anos, e os demais, 60,2%, são jovens e adultos entre 15 e 65 anos.

O material de construção predominante nas paredes das casas são os blocos de cimento (79,1%), seguido de bambu e caniço (13,8%). Bloco de tijolo (4,5%) e zinco e madeira com 2,1%. Bloco de adobe e paus maticados aparecem com 0,1% cada. Outros materiais, 0,2%.

Quanto às casas, as coberturas são, em sua maioria, de chapas de zinco (89,4%), mas também aparecem laje (5,2%), telhas de fibrocimento (3,0%), vegetais (capim, palhas) com 1,1%, telhas com 0,5% e outros apresentando 0,8%.

O pavimento é, em maioria, de cimento (87%), 3,7% de tijoleira, 2,6% de madeira, 1,2% de adobe, 0,2% de mármore e outros somaram 0,2%. 5% das residências não possuem piso.

44,5% das residências acessam água canalizada fora de casa, enquanto que apenas 7,7% possuem água canalizada ou encanada dentro de casa. 27,5% buscam água em chafariz e 7% acessam água de poço retirada com bombas. 12,5% consomem água de poços a céu aberto e retirada manualmente, 0,7% conseguem água de outras formas e apenas 0,2% compram água mineral.

Apenas 22,9% dos domicílios possuem fossa séptica para livrar-se dos dejetos. Os demais domicílios utilizam outras formas, mais arcaicas ou não, de substituir a total ausência de esgotamento sanitário.



A fonte de energia mais utilizada no distrito é a eletricidade, sendo a principal em 53,6% das casas. Em seguida, vem os derivados de petróleo com 39,7% e a vela com 6%. Gerador solar 0,2%, bateria 0,3% e outras fontes totalizaram 0,1%.

O distrito conta com 24 escolas públicas de ensino primário de 1º grau, e apenas seis escolas públicas de ensino primário de 2º grau. 23 escolas de ensino secundário geral de 1º ciclo e 14 de segundo ciclo.

A comunidade é atendida por três postos de saúde, oito centros de saúde<sup>5</sup> e duas maternidades.

### **Ka Mavota**

A população de Ka Mavota é de 355,544 pessoas, onde desse total 52,1% são mulheres e 47,9% são homens. A maioria, 59,6%, são pessoas com idade entre 15 e 65 anos, seguido de 24,6% de habitantes com idade entre 5 e 14 anos e 11,9% de crianças entre 0 e 4 anos. A percentagem de idosos, acima de 65 anos, é de 2,1%.

As residências são construídas, majoritariamente, de blocos de cimento (84,5%) e aparece com certa expressividade também as paredes de tijolos (5,3%), no entanto o material mais recorrente, após o cimento, ainda é o caniço (8,4%). Madeira e zinco juntos somam 1,5% e outros materiais 0,3%. A cobertura dessas casas é, na grande maioria, de chapa de zinco (91,2%), vegetais como capim e palhas somam 3,0%, laje 2,1%, chapas de fibrocimento 2,2, telhas 0,6 e outros materiais somam 0,8%. A grande maioria pavimenta a casa com cimento (89,1%), mas também aparecem pisos de tijoleira (4,6%), adobe (1,4%), madeira (0,9%), mármore ou granulito (0,2%) e outros materiais (0,1%). Do total, 3,7% das casas não possuem piso.

O abastecimento de água para uso doméstico é realizado majoritariamente buscando água fora de casa, já que apenas 16% da população conta com água encanada dentro da residência. 39% acessam água encanada, porém fora de casa, 33,2% em fontenários e chafariz, 3,8% em poços com bombas hidráulicas para a retirada da água do lençol freático, enquanto que 5,8% abastecem-se em poços sem bombas, utilizando a força dos braços para acessar a água, 1% compra água mineral e outras alternativas somam outros 1%.

---

<sup>5</sup> Espaços de atendimento menores e mais precários que os postos de saúde.

Sem rede de esgoto, apenas 22,3 % dos domicílios utilizam fossa séptica, os demais utilizam latrinas com fluxo de dejetos direto para o solo.

A fonte de energia mais recorrente é a eletricidade, estando como a principal fonte de energia em 63% dos domicílios. 29,4% usam o querosene e/ou a parafina, 6,9% vela, placa de geração de energia solar e baterias somam 0,2% cada, lenha e outras alternativas apresentam 0,1% cada.

O distrito é atendido por 58 estabelecimentos escolares públicos, sendo eles 23 escolas de ensino primário de 1º grau, 9 de ensino primário de 2º grau, 19 de ensino secundário de 1º ciclo, e 7 de ensino secundário de 2º ciclo.

O Ka Mavota é atendido por apenas dois postos de saúde e um centro de saúde.

### **Ka Maxakeni**

O Ka Maxakeni possui uma população de 231.802 habitantes, donde 51,2% são mulheres, e 63,5% deste contingente são jovens e adultos entre 15 e 65 anos, 22,1% são crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos, 11,6% são crianças entre 0 e 4 anos e 2,6% são idosos (acima de 65 anos).

84,3% das casas tem parede de blocos de cimento, 6,6 de caniço, 3,6 de tijolos, 5,2 de madeira ou zinco, e outros materiais somam 0,3%. A cobertura dessas casas é de chapa de zinco em sua grande maioria (93,2%), mas também podem ser de laje (1,6%), chapas/telhas de fibrocimento (2,1%), capim ou palmeiras (1,8%), telhas (0,3%) e outros (1%). Já o pavimento é majoritariamente de cimento (91,6%), podendo também ser de tijoleira (2,8%), adobe (1%), madeira (1,2%) mármore (0,2%) ou outros materiais (0,1%). 3% das casas não possuem pavimento.

48,4% dos domicílios acessam água encanada fora de casa e 43,5 apenas em fontenários. 1,8% utilizam água de poço “protegido” e 0,7% poço a céu aberto. Apenas 4,3% das casas possuem água encanada dentro de casa e 1,3% utilizam-se de outras alternativas.

O distrito não possui esgotamento sanitário, e apenas 18,8% dos domicílios possuem fossa séptica.

A energia elétrica é a mais utilizada, em 63% das casas, seguida dos derivados de petróleo (29,4%) e da vela (6,9%). Gerador solar e bateria aparecem com 0,2% cada, enquanto que lenha e outras alternativas aparecem com 0,1% cada.

O Ka Maxakeni é atendido por 14 escolas públicas de ensino primário de 1º grau, 6 de ensino primário de 2º grau, 13 de ensino secundário de 1º ciclo e 2 de ensino secundário de 2º ciclo.

No que tange ao atendimento de saúde, no distrito só há uma maternidade.

### **Ka Nyaka**

O Ka Nyaka é um bairro/distrito pequeno em relação aos anteriores, com uma população de 5.542 habitantes. Assim como os anteriores, a maioria da população também é feminina, sendo a população masculina de 48%. Mais da metade (56,6%) são jovens e adultos com idade entre 15 e 65 anos, seguido de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos (24,2%), crianças entre 0 e 4 anos (13,4%) e idosos acima de 65 anos (5,2%).

O caniço é o material mais recorrente nas edificações (78%), mas podem ser encontradas casas de blocos de cimento (16,5%), assim como madeira ou zinco (4,7%). Outros materiais somam 0,8%. Tais edificações são cobertas majoritariamente com chapas de zinco (83,8%), mas também podem ser vistas coberturas de vegetais (capim, palhas e outros, 10,4%), chapa de fibrocimento (4,7%), laje (0,3%), telhas (0,1%) e outros materiais (0,6%). O piso é de cimento em sua maioria (63,2%), seguido do adobe (24,6%), mas também podem ser encontrados pavimentos de tijoleira (0,7%), madeira (0,5%), mármore ou granulito (0,1%) e outros materiais (3,8%). É significativo o número de residências sem piso (7,1%).

O acesso a água potável é realizado em sua grande maioria em poços a céu aberto (86%), seguidos de poços protegidos e com bombas d'água (12%). Domicílios que tem acesso a água canalizada dentro ou fora de casa somam 2%, sendo 1% de cada.

Sem rede de esgotamento sanitário, apenas 4,5% das residências possuem fossa séptica.

As fontes de energia mais utilizadas são os derivados de petróleo como a parafina e o querosene (66%), seguido de energia elétrica (19%), e vela (11%). Lenha 3% e placa solar geradora de energia, 1%.

O distrito não possui estabelecimento escolar em nenhum nível de ensino e quanto ao atendimento em saúde, possui um posto de saúde.

### **Nhlamankulu**

A população de Nhlamankulu, segundo o INE (2013) é de 159.134 pessoas, sendo que pouco mais da metade são mulheres, 51,3%, e 48,7% homens. 64,5% são jovens e adultos entre 15 e 65 anos, 20,9% são crianças e juvenis entre 5 e 14 anos, 10,9% são crianças até quatro anos e 3,4% são idosos (acima de 65 anos).

As paredes das casas são, em sua maioria, de blocos de cimento (66,6%), em segundo lugar madeira ou zinco (19,3%), em terceiro caniço (7,8%), em quarto lugar aparece blocos de tijolo (5,8%), e em quinto, outros materiais (0,5%). Assim como nos demais distritos, o principal material utilizado para a cobertura das casas são as chapas de zinco (83%), uma parcela menor consegue dispor de recursos para cobrir a casa com laje de concreto (11,8%) e outras ainda menores com outros materiais como telhas (1,1%), chapas de fibrocimento (1,9%), capim ou palhas (1,2%) e outras alternativas que somadas totalizam 1%. O piso de cimento é o que mais pode ser encontrado no Nhlamankulu (83,6%), seguido de madeira (9,2%), tijoleira (2,7%), adobe (1,7%), e mármore 0,3%. 2,5% das casas não possuem material revestindo o chão.

A maioria da população tem acesso a água canalizada, porém apenas 14,9% recebe a rede de água dentro de casa, enquanto que 60,5% acessam essa água fora de casa. 22% consomem água que coletam em fontenários, e 2,4% adotam outras estratégias para acessar água potável.

Assim como em todo a província da cidade de Maputo, em Nhlamankulu, não há rede de esgotamento sanitário, e apenas 28,6% das residências possuem fossa séptica. Os demais utilizam-se de latrinas tradicionais com dejetos despejados no solo.

Mais da metade utiliza a energia elétrica como a principal fonte de energia (54%), 37% utilizam os derivados de petróleo, e 9% utilizam a vela como a principal fonte de energia.

O Nhlamankulu é atendido por 16 escolas públicas de ensino primário de 1º grau, 3 de ensino primário de 2º grau, 9 de ensino secundário de 1º ciclo e 4 de ensino secundário de 2º ciclo. O distrito conta com um hospital e um centro de saúde.

### **Considerações Finais**

A lógica da necessidade é absolutamente a mais presente nos espaços urbanos de Moçambique, inclusive e principalmente na capital Maputo. Isso se justifica historicamente, pelo passado colonial e pela subalternidade imposta no espaço pelos colonizadores (MALOA, 2016), e justifica-se também, geograficamente, pela compreensão de que todas as outras

lógicas, pautadas, sobretudo, no valor de troca da habitação sobreposto ao valor de uso, corroboram para que a lógica da necessidade esteja cada vez mais presente.

O que pôde ser observado, através dos autores consultados que dissertam sobre o urbano em Moçambique, bem como através dos dados secundários do INE, é que mesmo a cidade de caniço representando importante parcela do espaço citadino, a própria cidade lhes é negada, sobretudo, no que tange à utilização de equipamentos públicos e serviços básicos coletivos, onde, através do estudo realizado, foi possível perceber que as necessidades, mesmo as mais básicas, da população dessas áreas não são atendidas, pois há carência no que tange aos espaços de atendimento a saúde, ausência de esgotamento sanitário, e insuficiência de escolas. Estamos nos referindo aos poucos serviços e equipamentos evidenciados pelo INE, pois a ausência de informações sobre transporte público, coleta de resíduos sólidos, policiamento, iluminação pública, entre outras carências básicas, denotam a inexistência destes nos espaços urbanos periféricos da principal e maior cidade do país, a capital Maputo, o que nos direciona a refletir sobre o urbano moçambicano como um todo.

### **Referências Bibliográficas**

ABRAMO, P. O mercado informal e a produção da segregação espacial na América: a cidade COM-FUSA informal. In: LEAL, S.; LACERDA, N. (orgs.). **Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat: olhares cruzados Brasil-França**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010. p.211-240.

ARAÚJO, M. G. M. de. Os Espaços Urbanos em Moçambique. **GEOUSP**, n. 14, p. 165-182, .2003.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 1ªed. São Paulo: Ática, 1989. p11-35.

DE LA MORA, L. Produção social do habitat: estratégias dos excluídos para a conquista do direito à cidade e à moradia. In: LEAL, S.; LACERDA, N. (orgs.). **Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat: olhares cruzados Brasil-França**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010. p.395-413.

GIVE, A. S. **Os Desafios da Expansão Urbana nos Países em Vias de Desenvolvimento: o caso de estudo de Maputo-KaTembe**. 2016. 106p. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – I.J.T Técnico Lisboa, Programa de Pós – Graduação em Urbanismo e Desenvolvimento do Território, Lisboa, 2016.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MAPUTO. Geografia da Província de Maputo. In: **Site Oficial do Governo da Província de Maputo.**, 2018. Disponível em: <<http://www.pmaputo.gov.mz/por/A-Provincia/Geografia2>>. Acesso em 17 nov. 2018.

INE, I.E.M. Indicadores Sociais. In: **Site do Instituto de Estatística de Moçambique**, 2017. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-territorias>>. Acesso em out/nov. 2018.

JENKINS, P. **Mercado de Terras Urbanas no Moçambique Pós-Socialismo**. Maputo: Centro de Estudos do Desenvolvimento do Habitat da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, 2001.

MALOA, J. M. **A Urbanização Moçambicana: Uma proposta de interpretação**. 2016. 373f. Tese (Tese de Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós – Graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2016.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. 1<sup>o</sup>ed.São Paulo: Expressão popular,2015.112p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.